

Sociedade e conjuntura na Bahia nos anos de luta pela Independência

Metrópole do Nordeste Meridional, a Cidade do Salvador que hoje conhecemos difere em muito daquela de 1822. Em cerca de cento e cinquenta anos a sua aparência foi profundamente alterada pelo paulatino desaparecimento dos padrões tradicionais que se evidenciavam na estrutura sócio-econômica, e em certos hábitos e maneiras de pensar e de agir.

Tal afirmação, porém, é muito mais fruto de um conhecimento empírico — diríamos mesmo quase intuitivo — de que o resultado de um conhecimento de sua evolução histórica, baseada em estudos dentro da moderna perspectiva de abordagem dos problemas que a mesma coloca. Esta perspectiva se caracteriza por um esforço de globalização dos diversos segmentos da vida econômico-social e procura demonstrar a interdependência entre os diversos ramos da atividade humana como fazendo parte de uma totalidade social e econômica.

Com efeito, os estudos que possuímos sobre a Bahia do século XIX se resumem em apenas algumas dezenas de livros que, apesar de seu incontestável valor, raramente conseguem nos dar uma visão global do passado. A limitação assim imposta agrava-se ainda mais quando se trata de circunscrever os nossos estudos num determinado período ou sobre um determinado problema, pois a maioria dos estudos existentes, e com raras exceções, são de caráter muito geral. É o que acontece em relação à época das lutas pela Independência, para a qual contamos com alguns poucos livros e artigos dispersos em coleções de revistas e jornais.

Deixam-se de lado, assim, irrespondidas várias perguntas que naturalmente se apresentam à mente do historiador.

Por exemplo, ainda desconhecemos de que maneira se estruturava a sociedade baiana da época e de que modo se estabeleciam as relações entre os diversos grupos que a compunham. Também se desconhece quem na realidade representava o grupo dominador e suas ligações com a administração governamental de então. Por outro lado, a visão que temos da conjuntura econômica daquele período permanece limitada e pouco clara. Isto só para mencionar algumas das possíveis hipóteses de trabalho.

Daí o perigo de parecer ambicioso o título deste estudo. Porém, na verdade, as nossas pretensões são modestas. O nosso propósito é de valer-nos das poucas fontes secundárias existentes, assim como de nosso estudo sobre a conjuntura econômica da Bahia, a fim de, com base neles, sugerir idéias, lançar hipóteses, indicar caminhos metodológicos para aqueles que se interessam em coisas do passado.

A SOCIEDADE

Nada, ou muito pouco, conhecemos da sociedade soteropolitana do século XIX e, mais particularmente, das primeiras décadas do mesmo século. Aliás, esta falta de conhecimento da sociedade urbana não se limita apenas à Bahia, mas se aplica a todo o Brasil.

De fato, até agora, as atenções dos historiadores e sociólogos foram muito mais atraídas pelas estruturas agrárias do que pelas urbanas. Possuímos, assim, para as primeiras, uma série apreciável de estudos que nos permitem conhecer o que era a sociedade agrária. E isto, mesmo se, às vezes, divergimos sobre certas abordagens ou afirmações que nos parecem um tanto generalizadoras⁽¹⁾.

Esta sociedade agrária aparece como apoiada sobre o trabalho servil e sobre o sistema de produção de grandes produtos de exportação como o açúcar, o café e o algodão.

Assim, a sociedade agrária se divide, grosso modo, em senhores — produtores, donos dos meios de produção e únicos usufruidores de seus benefícios — e em escravos — trabalhadores que participam de seu processo como agentes principais, porém nada usufruindo dela.

Em tal sistema, as relações que se estabelecem entre os dois grupos são simples: a mão-de-obra servil — sem a existência da qual a produção maciça de bens de exportação e de consumo seria impossível — acha-se completamente dominada pelos detentores dos bens de produção.

Estruturou-se, assim, um tipo de sociedade muito pouco diversificada, pouco hierarquizada e na qual o poder do senhor-de-engenho era tão despótico quanto o do *pater familias* na antiga sociedade romana.

Mas, se essa imagem que temos da sociedade rural adapta-se perfeitamente à realidade da paisagem agrária, até que ponto podemos considerá-la representativa da sociedade urbana? Pois a própria existência da *urbis*, como agrupamento de um número maior ou menor de indivíduos, pressupõe a existência de grupos intermediários de estratificação social, cada um exercendo uma função específica do trabalho social, mesmo se admitirmos que a “organização patrimonialista reside à base de nossa formação social” (2). Daí a dificuldade de aceitar para a sociedade urbana os caracteres que definem a sociedade rural, e de considerá-la como “quase decalcada sobre o modelo rural” (3).

O modelo de sociedade colonial que nos é tradicionalmente proposto é o seguinte: “No cume da organização social instala-se a aristocracia agrária ou dos grandes proprietários de terras, aos quais os foros e os privilégios, a posse de vastos domínios e a fortuna crescente dão um poder bastante para se erguerem, como novos senhores feudais com assomos de independência em face do Estado. Entre essa nobreza feudal e os escravos em que ela se apoia e a que está confiada a exploração da terra, promovida pelo senhor-de-engenho, empreendedor agrário e industrial a um tempo, move-se, nas comunidades rurais, uma camada social, pouco volumosa e flutuante, de pequenos lavradores, rendeiros e trabalhadores livres. Nas cidades, sobre a pequena burguesia, formada de mercadores e pequenos industriais, burocratas e artesões, eleva-se pouco a pouco a grande burguesia mercantil, de judeus negociantes e banqueiros, portugueses reinóis, sob cuja dependência, depois da guerra holandesa, caem os senhores-de-engenho, carregados de dívidas e de hipotecas. Mas o pequeno comerciante, o pequeno industrial e artesão, o lavrador e o rendeiro, a quem coube por arrendamento, na partilha das terras, uma diminuta parcela, que não tem senão escassos recursos para explorá-la e pode ser despe-

jado a qualquer momento, não chegam, senão muito tarde, a constituir uma formação do tipo das chamadas 'classes médias' nem mesmo a ter uma 'consciência de classe'. Eles flutuam entre a burguesia e a plebe para a qual são constantemente recalçados pelas próprias condições em que se exerce a concorrência a seu respeito. Se, pois, quisermos ter uma imagem da diversidade da estrutura social e econômica da sociedade colonial, no Nordeste e no Recôncavo, temos de figurar toda uma hierarquia lançada sobre as bases da escravidão, em que se sucedem, de alto para baixo, como camadas superpostas, a aristocracia da terra, a burguesia urbana, de caráter mercantil, aristocratizada sob as influências do patriarcalismo, a pequena burguesia, mal definida, a massa indefinida, a massa informe do povo, e a plebe, indisciplinada e turbulenta, sempre disposta a se vender à reação ou a abalar, pela revolta, o edifício social" (4).

Sobre o modelo proposto, uma observação muito geral, mas que consideramos fundamental, pode ser feita. Com efeito, podemos nos perguntar quais são os critérios que permitiram que se definissem grupos sociais como sendo: "aristocracia da terra", "burguesia urbana, mercantil, aristocratizada", "pequena burguesia, mal definida", "massa indefinida, massa informe do povo" e "plebe indisciplinada e turbulenta".

Esclarece Roland Mousnier:

"A avaliação dos indivíduos e sua classificação na hierarquia social, na estratificação social se operam, sem dúvida, primeiro pela sua função principal, o que executam em prol do bem comum, que corresponde, mais freqüentemente, a uma profissão ou a um ofício. Mas outros critérios entram em linha de conta na avaliação e, segundo as sociedades, alguns desses critérios são pré-requisitos para exercer tal profissão ou tal ofício. Segundo as sociedades, pode então ser levado em conta a raça ou, pelo menos, o nascimento, a origem, a linhagem, como no caso das sociedades que possuem nobreza hereditária; pode-se também considerar as associações, como as alianças matrimoniais. Pode ser ainda levado em conta a pureza religiosa, o grau de pureza numa mesma religião, como na Índia, ou pelo menos o tipo de religião professada, quando há uma hierarquia de religiões, como até recentemente acontecia nos Estados Unidos, ou ainda a hierarquia das crenças... Pode ser levado em conta a propriedade, a menor que seja, ou ainda a riqueza, bem que esta seja com freqüência uma simples conseqüência da função social, da posição, e o meio de conservar o estilo de vida que a ela corresponde. Pode ser levado em conta as atividades secundárias comunitárias que somente exigem um tempo limitado ou uma participação secundária, tais como as funções de presidente, de secretário geral, de membro de conse-

lho de um clube, de uma sociedade sábia, de uma associação de ajuda mútua, de uma fábrica de paróquia, de uma sociedade secreta. Pode ainda ser levado em conta as qualidades pessoais”.

“Estes critérios” — continua Mousnier — “se agrupam por categorias para dar escalas diferentes de estratificação social, que são interligadas e normalmente se combinam para atribuir a posição... Devem ser distinguidas quatro escalas diferentes de estratificação social.

“A primeira é a *estratificação* legal expressa pela lei, pelo costume e pela jurisprudência. Ela não existe em todas as sociedades que possuem uma estratificação social...

“A segunda escala, e provavelmente a mais importante, é aquela do *estatuto social*, isto é, as diferenças de estima social, de dignidade, de posição, de honra, de prestígio entre os indivíduos e entre os grupos sociais (famílias, corpos, colégios, comunidades) e o reconhecimento mútuo destas diferenças numa dada sociedade. O estatuto social é primeiro revelado por todas as formas de associações: alianças matrimoniais (a mais importante das associações), sindicatos, partidos políticos, clubes, círculos, academias, sociedades diversas; pelos símbolos sociais, os mitos sociais, a etiqueta, o estilo de vida, as maneiras, a educação, as distrações; pelas origens familiares; pela profissão; pela sensibilidade moral, sentimentos e emoções; pela mentalidade: modo de ver, de julgar, de raciocinar, crenças, opiniões, valores, desejos, satisfações e insatisfações; pelas atitudes, isto é, as disposições de reagir de um certo modo aos estímulos externos ou a adotar um certo comportamento; pelo papel ou modelo de conduta prescrito para todas as pessoas que ocupam um mesmo estatuto social; em suma, pelo comportamento do levantar ao deitar, e de nascimento à morte. Para cada um destes pontos, deve-se distinguir o valor consciente que lhe dão os contemporâneos e o valor real evidenciado pelos comportamentos efetivos.

“A terceira escala é constituída pela *hierarquia econômica* freqüentemente confundida com a própria hierarquia social. Deve-se primeiro considerar a natureza dos recursos: salários, emolumentos, rendas, lucros, etc. A natureza dos recursos é mais importante do que o seu nível, porque corresponde, em parte, ao papel desempenhado no modo de produção dos bens materiais. Em seguida, deve-se discernir a categoria de fortunas ou de capitais: as propriedades fundiárias, nas quais convém distinguir a situação jurídica (*alleux*, senhorias, feudos, *censives*, por exemplo) da unidade de exploração (modo direto de exploração, sistema de meação etc.); os empreendimentos industriais, comerciais e artesanais, com o seu material, sua aparelhagem, suas reservas de matérias-primas e de produtos fabricados; os empregos públicos;

as rendas, de várias naturezas; os créditos, letras de câmbio, ordens de pagamento, depósitos bancários; a tesourização, sob forma de metais preciosos, jóias, pratas, moedas, móveis, obras de arte, bibliotecas; o total das fortunas ou dos capitais, das rendas ou dos lucros; a tendência, a história de tal fortuna estudada; as diferenças de prestígio dadas pelos contemporâneos às diversas categorias de bens, aos diversos tipos de fortuna.

“A quarta escala é a do *poder*. Deve-se entender por essa palavra todos os meios que um homem pode possuir para dobrar as vontades dos outros homens, para obrigá-los a irem no seu sentido. Tal é o caráter das atividades dos governantes, as funções de administrador, de magistrado, de representante de várias categorias. Desse mesmo modo se dá a pressão econômica, a do credor sobre seus devedores, do diretor de empresa sobre seus empregados, do comerciante de atacado sobre os varejistas, etc. A influência sobre a opinião — a dos pregadores, dos oradores, dos panflecionistas, dos jornalistas, dos homens de imprensa, rádio e televisão — é também uma categoria do poder. . .

“Finalmente uma quinta escala é a da *estratificação ideológica*. Em toda sociedade, acham-se grupos de idéias que se expressam conjuntamente, mas que não são igualmente estimados pelos contemporâneos. Professor tal ou qual destes grupos de idéias, é conquistar a estima ou merecer o desprezo, tornar-se capaz das mais elevadas funções do governo ou da administração, ou delas ser excluído, abrir-se ou fechar-se a certas carreiras, a certos estatutos sociais” (5).

O trecho citado foi propositadamente longo. Porque achamos que ele nos mostra, de um modo direto, conciso e claro, a complexidade que o estudo das estruturas sociais do passado pode apresentar. De fato, podemos nos perguntar sobre que tipos de documentos e de elementos de avaliação temo-nos apoiado até hoje para retratar a sociedade colonial e, mais especialmente, a sociedade urbana.

No caso da Bahia, são geralmente usados os livros contemporâneos aos acontecimentos, como os diários ou relatos de viajantes que aqui aportam com freqüência bastante regular desde os primeiros séculos da colonização (6). A esta documentação acrescentam-se ainda algumas raras obras de pessoas aqui residentes que são para nós de inestimável valor (7). Porém toda essa literatura histórica não nos permite “construir as várias escalas de avaliação e de examinar suas relações, suas correlações e seus desvios, para discernir a estratificação social de uma dada sociedade, para nela situar um indivíduo ou um grupo social determinado” (8).

Por exemplo, uma obra como a de Vilhena é riquíssima em informações sobre a sociedade de Salvador no final do século

XVIII⁽⁹⁾. A sua leitura atenta permite que cheguemos a erguer um modelo da estrutura social naquela época, discernindo alguns dos grupos sociais que a compõem⁽¹⁰⁾. Mas, a partir de que critérios, de que elementos de avaliação?

Tomemos outro exemplo: nas suas *Notas Dominicais*, L. F. de Tollenare⁽¹¹⁾ nos fornece dados preciosos a respeito da sociedade baiana na segunda década do século XIX⁽¹²⁾. Mas aqui também escapam, por completo, os critérios e os elementos de avaliação.

O mais que podemos fazer com os dados assim extraídos é tentar construir apenas duas das cinco escalas propostas por Mousnier: a de estratificação legal, e aquela referente ao estatuto social.

Porém, como já vimos, o conhecimento da estrutura social tem outras exigências. Uma análise social correta não pode se satisfazer com um conhecimento insuficiente das realidades sociais, de uma visão parcial destas realidades. Pois a análise social aprofundada mostra que, para conhecer um estrato social, é preciso combinar vários conjuntos de fatores ligados por um jogo de ações e reações recíprocas, dos quais os principais são o estatuto social, a situação econômica e o poder.

Daí a necessidade de se partir para uma nova metodologia, em busca de dados que possam ampliar o nosso escopo, precisar situações, e assim evidenciar as realidades sociais de outrora.

Essa nova metodologia pressupõe o acréscimo de novas técnicas às formas tradicionais de abordagem da problemática histórica.

Essas formas tradicionais contentam-se em apenas utilizar uma documentação qualitativa a partir da qual se elabora um relato do acontecido, ou o que se acredita ser o acontecido. Este tipo de relato tradicional põe geralmente em evidência os homens importantes e deixa de lado, e no esquecimento, a grande massa da população, aquela que Georges Lefebvre chamava de "a luz da história". Ora, conhecer uma estrutura social não é identificá-la com as pessoas de relevo que nela vivem.

Conhecer uma estrutura social é, antes de mais nada, captar a realidade do homem comum, "do homem médio", com todas as suas misérias e problemas cotidianos, do homem que representa um grupo mais ou menos extenso, seu regime econômico, seus modos de pensar e de agir. Assim, a estrutura social é entendida como um conjunto orgânico de relações e ligações lógicas e, ao mesmo tempo, econômicas, sociais e psicológicas, que "o passar do tempo não consegue consumir totalmente e veicula com lentidão", e que é necessário estudar não apenas de um ponto de vista estático, mas também dinâmico. Isto se torna possível na medida em que, à simples descrição dos fatos sociais, introduzimos tam-

bém dados de mensuração, uma vez que em História Social não basta somente descrever, precisa também contar.

Contar enumerando os homens, enumerando os membros das diversas categorias sociais e profissionais, seus níveis de renda e de fortuna, seu papel no processo da produção, sua situação familiar, sua idade, sua origem geográfica, seu grau de instrução, suas práticas religiosas, etc.

Assim, a História Social torna-se uma história dinâmica, pois passa a estudar a conjuntura e a estrutura social, isto é, as flutuações a longo, médio e curto prazo, e entre essas flutuações distingue as que correspondem a simples modificações de equilíbrio das que traduzem uma evolução profunda do sistema estudado.

Eis o programa de pesquisas que a nova metodologia de abordagem da problemática histórica nos convida a empreender. Ela se torna imprescindível, se desejamos realmente chegar a uma globalização dos diversos segmentos da vida econômica e social, cujo estudo permitiria demonstrar a interdependência entre as várias atividades humanas como fazendo parte de uma totalidade econômica e social, determinante de uma estrutura específica, reduzida a seu tempo⁽¹³⁾.

A CONJUNTURA

Numa perspectiva de longa duração, e segundo uma cronologia conjuntural estabelecida a partir de uma documentação puramente qualitativa⁽¹⁴⁾, os dez últimos anos do século XVIII e os primeiros anos do século XIX se apresentam como nitidamente favoráveis à economia baiana.

Com efeito, à longa depressão do século XVII, que se prolonga na Bahia até cerca de 1770, substitui-se, a partir deste período, uma fase de recuperação cujo máximo se situa entre 1790 e 1817. Ela se deve, em grande parte, ao desenvolvimento da atividade agrícola que se concentrou na produção do açúcar, tabaco e algodão, desenvolvimento que foi estimulado por uma série de condições favoráveis tanto internas quanto externas.

Porém, até que ponto esta imagem que temos deste período de prosperidade corresponde à realidade? E, se essa prosperidade de fato existiu, de que maneira beneficiou, ou deixou de fazê-lo, as camadas mais humildes da população baiana?

Para responder a essas duas perguntas, apresentaremos alguns dados estatísticos que se constituem em duas séries cronológicas: a de *preços* e a de *salários*.

OS PREÇOS: as séries cronológicas de preços são as que permitem um conhecimento imediato de conjuntura econômica, a

partir da análise tendencial de seus movimentos a curto, médio e longo prazo.

Na impossibilidade de apresentar, no escopo deste estudo, um comentário individual para cada um dos 11 produtos, cujas séries foram constituídas com base em fontes hospitalares⁽¹⁵⁾, escolhemos apenas dois para ilustrar essa exposição: a carne verde (boi) e a farinha de mandioca. Tal escolha justifica-se pelo fato de estes dois produtos serem básicos à alimentação da população baiana.

As unidades de medidas usadas no preparo dos gráficos foram todas transformadas para o sistema métrico decimal⁽¹⁶⁾, embora o preço unitário tenha permanecido na moeda da época, o *mil réis*.

Os gráficos para esses dois produtos que indicam as flutuações anuais de seus preços foram elaborados a partir de médias aritméticas (gráfico n.º 1). Os que indicam a tendência secular foram estabelecidos segundo o sistema de médias móveis, cada valor calculado sobre um período de cinco anos, isto é, a duração aproximada de um ciclo curto (gráfico n.º 2).

Após a apresentação de cada um desses dois produtos, passaremos ao comentário dos resultados alcançados para a totalidade dos 11 produtos estudados. Estes serão apresentados pela análise do gráfico n.º 3, que compreende:

- 1.º Curva de índice de preços deflacionados ou reais (1811 1830) com ano base 1811 = 100.
- 2.º Índice geral não ponderado de preços, no período 1751 1930, para o qual foram considerados 11 produtos⁽¹⁷⁾, e como ano base 1751 = 100. Este índice foi estabelecido segundo o sistema de médias móveis quinquenais.
- 3.º Índice geral não ponderado de preços, no período 1751 1830, elaborado a partir de médias aritméticas anuais. Ano base 1751 = 100.

A carne verde (boi) — No Brasil, a carne de boi ocupou sempre posição de destaque. A relativa abundância desse produto nos primeiros anos de colonização, seguiram-se, a partir do século VII, períodos em que era freqüente a sua falta. Isto se deve a dois fatores principais: a) afastamento dos centros produtores, na medida em que o espaço era conquistado pelas culturas agrícolas de exportação: cana-de-açúcar e tabaco⁽¹⁸⁾; b) crescimento da população da Cidade do Salvador, que atinge aproximadamente 50.000 hab no final do século XVIII⁽¹⁹⁾.

Daí os esforços contínuos dos poderes públicos, os quais, para remediar esta escassez, concluíam contratos para o abastecimento da cidade com os grandes produtores, ou com seus intermediários,

que se comprometiam em fornecer as quantias necessárias a preços estabelecidos por um comum acordo⁽²⁰⁾. Estamos, assim, em presença de um preço de contrato rígido, que vigorou até 1796, quando, por decisão das autoridades locais, o comércio da carne verde foi liberado⁽²¹⁾. Essa situação particular, à qual era subordinada a carne de boi, explica o comportamento da curva de preços do nosso gráfico (gráfico n.º 2).

Dois grandes ciclos são distinguidos. Para o primeiro ciclo, é-nos possível dividir o período de alta em duas partes. A primeira parte (1772-1790) corresponde a um período de alta lenta, porém constante. Todavia, a partir de 1790, esta alta torna-se acelerada, atingindo o seu ápice em torno de 1801. Esta elevação do preço da carne não se explica somente pela marcha geral dos preços, também ascendente em torno de 1790, mas também por condições ligadas ao abastecimento do mercado de Salvador, sobre o qual possuímos algumas informações:

Número de reses entradas no matadouro da Cidade do Salvador entre 1791 e 1811 ⁽²²⁾

1791	21.044	1802	23.500
1792	15.698	1803	19.301
1793	14.852	1804	22.019
1794	17.022	1805	21.078
1795	14.503	1806	21.408
1796	17.201	1807	19.010
1797	14.958	1808	17.598
1798	19.626	1809	19.658
1799	20.838	1810	22.637
1800	17.213	1811	18.327
1801	21.522		

Assim, entre 1792 e 1801, período a que corresponde a nossa fase de alta brutal de preços, houve uma diminuição sensível nas entradas de gado, principalmente nos anos 1791-1798. Essa diminuição se deve a dois fatores: à seca que se verificou entre 1790 e 1793 e à política desenvolvida pelos fornecedores de gado, que diminuiram propositadamente as entradas de gado na cidade para poder aumentar-lhe o preço⁽²³⁾. Assim, a escassez tornou-se responsável pela elevação do preço da carne verde que, deste modo, acompanha o movimento geral de alta dos outros preços. Esta alta, que atingiu um primeiro máximo em torno de 1798, prolongou-se em patamar até 1810 — o afastamento de 3,8% entre 1801 e 1810 é fraco demais para que se possa considerá-lo como uma mudança de tendência.

O segundo destes ciclos apresenta também particularidades. A

alta que começa depois de 1810 foi bastante regular até 1819. Mas, a partir desta data, o preço da carne de boi subiu rapidamente para atingir um primeiro pico em 1821 e, posteriormente, um segundo pico em 1823, o qual se constitui no "máximo" mais alto atingido em todo o nosso período de 80 anos. Esta nova alta acelerada do preço da carne de boi explica-se pela situação interna da cidade da Bahia, sacudida pelas lutas em prol da Independência (1821—1823), quando a cidade, cercada pelas tropas nacionais, não mais recebia abastecimento de fora.

A farinha de mandioca (gráfico n.º 2) — Desempenha no Brasil o mesmo papel que o trigo na Europa⁽²⁴⁾. É ela que, de costume, regulamenta os preços dos outros gêneros alimentícios⁽²⁵⁾, por ser a base da alimentação para todas as categorias sociais. Ademais, a farinha de mandioca gozava, na época, de um importante mercado de exportação na África, onde era trocada por escravos, ouro e cera.

Porém, apesar de ser indispensável à alimentação da população, sua presença no mercado consumidor foi sempre bastante aleatória: o deficit crônico em farinha de mandioca foi uma das constantes mais importantes da história econômica da Bahia. Situação ainda mais grave que aquela verificada para a carne de boi, porque, se esta última podia ser substituída por uma série de produtos similares (carne seca, toucinho, carne de baleia, bacalhau, peixe), a farinha de mandioca era praticamente insubstituível.

Ora, esse deficit se faz sentir desde o século XVII e se torna definitivamente endêmico no decorrer do século XVIII. Sua falta deve-se à insuficiência das superfícies dedicadas a este tipo de cultura, uma vez que o espaço agrícola, próximo à cidade, chamado Recôncavo, está quase que por inteiro utilizado para a cultura dos grandes produtos de exportação: açúcar e tabaco.

Assim, a farinha de mandioca vem de longe⁽²⁶⁾, às vezes de muito longe⁽²⁷⁾, e é subordinada aos azares de uma navegação costeira que não é de todo fácil⁽²⁸⁾. Ademais, a produção de farinha de mandioca sofre periodicamente dos efeitos das secas e das chuvas destruidoras que, habitualmente, se seguem a elas. Por outro lado, a presença, no porto da Cidade, de grandes comboios, que se abastecem no mercado da cidade, não é estranha às flutuações, vez que a farinha serve também de alimento de base para as tripulações.

Por todas estas razões, a farinha de mandioca é um produto de grande especulação, como comprovam os documentos da época⁽²⁹⁾. Mesmo a instituição de um *Celeiro Público*, em 1785, sob o governo de D. Rodrigo José de Menezes, que tinha como objeti-

vo disciplinar as entradas e venda deste produto, não surtiu resultados satisfatórios. Porque a maioria dos produtores, ou os seus intermediários, se recusavam a vender a farinha por intermédio do Celeiro⁽³⁰⁾. Deste modo, um mercado paralelo sempre existiu até a supressão do Celeiro, em 1834; e é ele o responsável pela extrema oscilação que o preço da farinha de mandioca apresenta (gráfico n.º 1).

Entre 1751 e 1830, dois ciclos e dois períodos⁽³¹⁾ podem ser distinguidos:

<i>Os ciclos</i>	<i>Os períodos</i>
1770-1790	1751-1769
1791-1804	1805-1830

A tendência geral da alta que se manifesta em relação ao preço deste produto em 1770 pode ser atribuída à retomada da atividade agrícola na Bahia, que, ao estimular a cultura dos produtos de exportação, contribuiu ao retraimento das áreas destinadas anteriormente à cultura de mandioca⁽³²⁾. Podemos ainda atribuir esta alta a um aumento de sua demanda, vez que, como já vimos, a mandioca serve de moeda de troca no comércio africano. Deste modo, a expansão do setor externo teria agido como fator estimulante da alta de preço da farinha de mandioca, que só conhece, a partir desta data, alguns raros momentos de regressão. De fato, a observação da curva do preço da farinha de mandioca (gráficos n.º 1 e 2) mostra-nos que, apesar das flutuações a médio prazo, a tendência secular do preço é ascendente nos últimos 50 anos.

A análise individual desses dois produtos nos permite tecer algumas considerações.

Os preços de carne de boi e de farinha de mandioca variam, principalmente, ligados a problemas de conjuntura local.

Essas variações nos revelam ondulações mais ou menos sin-crônicas para os períodos em que há uma alta brusca e de grande amplitude (1790-1798, 1811-1823). Porém, apesar dessa grande amplitude, a alta de preços nominais não consegue abranger mais do que uma dezena de anos. Assim se pode dizer que a flutuação de preços na Bahia apresenta altas bastante bruscas, as quais, todavia, não conseguem consolidar os preços (com exceção para o caso da carne verde), pois são seguidas de baixas um tanto quanto bruscas.

Resta examinar até que ponto o que acaba de ser visto para os dois produtos analisados individualmente é também válido para o movimento geral dos preços na Bahia.

Conforme colocamos anteriormente, foram elaborados três índices: índice geral de preços deflacionados ou reais (A); índice

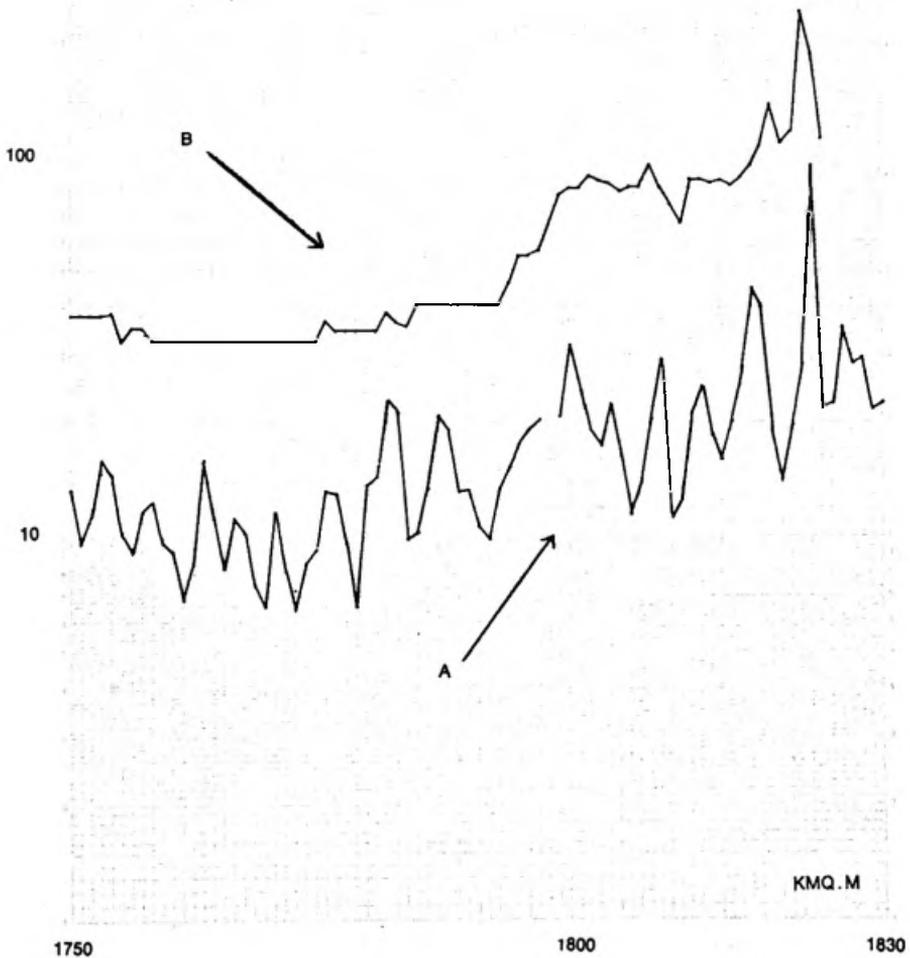
GRÁFICO N.º 1

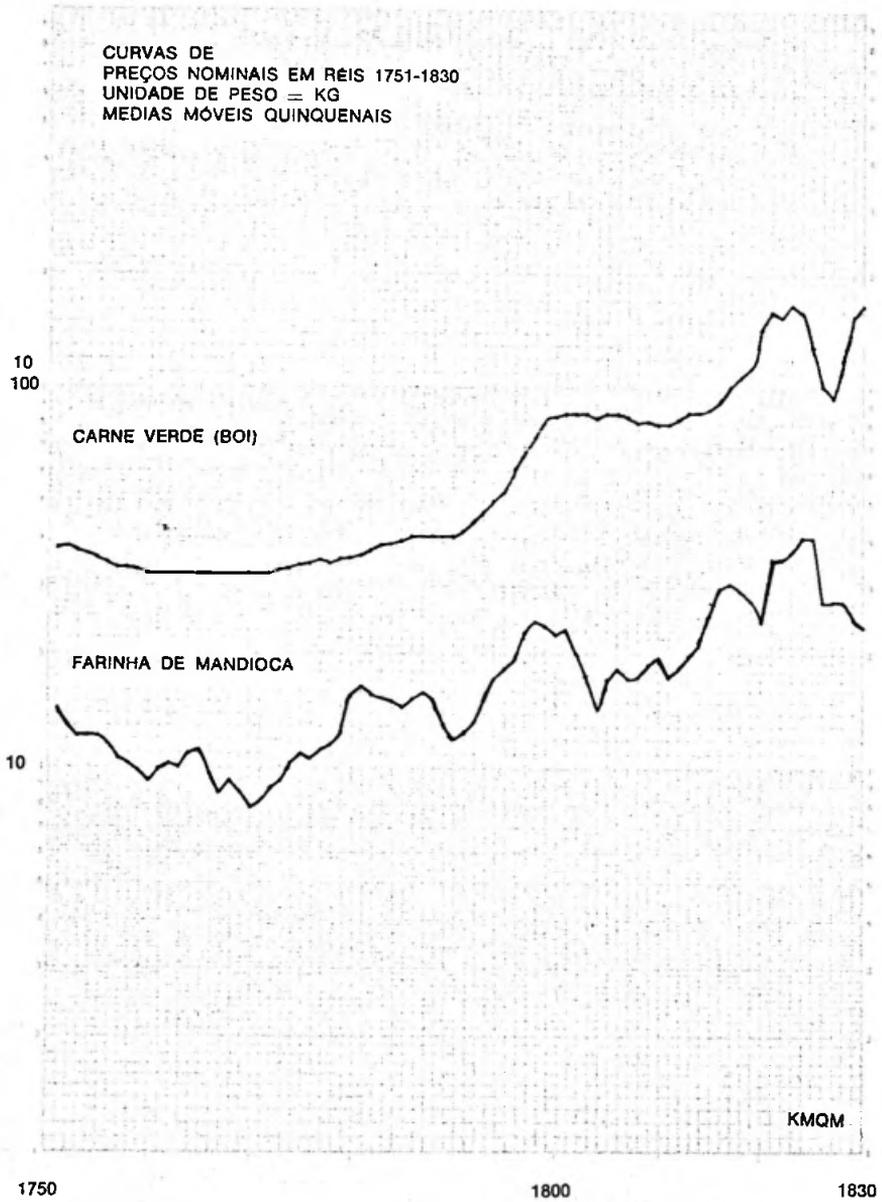
CURVAS DE FLUTUAÇÕES ANUAIS DE PREÇOS

NOMINAIS EM RÉIS 1750-1830

A. — FARINHA DE MANDIOCA

B. — CARNE VERDE (DE BOI)





geral de preços nominais (B); índice geral de preços nominais, indicando as flutuações anuais (C) (vide gráfico n.º 3).

A comparação e análise dos índices B e C nos permitem proceder à seguinte consideração: Tanto em um como em outro índice, dois grandes períodos podem ser distinguidos: 1751-1788 e 1789-1817.

No primeiro período (1751-1788), a tendência das curvas nos dois índices é quase linear. Apenas dois ciclos de pequena amplitude, e que alteram a marcha quase linear dos preços, são observados: 1755-1760 e 1776-1788. Ambos parecem ter sido provocados por fatores externos: as guerras. São estas a guerra dos Sete Anos (1756-1763) e as guerras da Independência Americana (1776-1783). A estes fatores externos, que por si mesmos não poderiam explicar essas mudanças de tendência, poderíamos ainda acrescentar fatores internos, tais como os efeitos produzidos no Brasil pela nova administração do Reino (a de Pombal), que cria novas condições de desenvolvimento, e, principalmente, a partir da queda da produção aurífera (1765), a retomada da atividade agrícola em torno do açúcar, do tabaco e do algodão. Esses fatores, ao melhorar a situação dos grandes produtos de exportação da economia baiana nos mercados internacionais, teriam estimulado a alta de preços internos e, assim, contribuído para dinamizar, ainda que momentaneamente, o mercado interno da Cidade do Salvador.

Sem dúvida, é no segundo período (1789-1817) que se dá a inversão da tendência nas curvas dos dois índices que estamos analisando. Esta passa a ser ascendente para todo o período considerado e apresenta também dois ciclos. No primeiro ciclo (1789-1804) se dá uma alta acelerada de preços. Esta alta dura aproximadamente 10 anos e é seguida por uma baixa de cerca de 5 anos. Todavia, a partir de 1805, inaugura-se um segundo ciclo que é caracterizado por uma alta de preços constante, porém menos violenta que a do período anterior, a qual atinge seu máximo em 1817, isto é, se considerarmos que os máximos verificados entre 1821 e 1824 devem-se, única e exclusivamente, à situação em que se encontra a Cidade do Salvador por causa das lutas pela Independência. Com efeito, a observação atenta da curva permite supor que, em torno de 1818, a tendência geral dos preços inclinava-se acentuadamente para a baixa, baixa esta que teria prosseguido não fossem os acontecimentos acima referidos que estimularam uma alta artificial.

A comparação, agora, dos dois índices de preços nominais B e C com o índice de preços deflacionados ou reais A permite verificar que a marcha dos preços reais é inversa, no período de alta 1811-1817, à dos preços nominais. Isto se deve à depre-

ciação acelerada do mil réis, que, valendo em 1808 72 d ingleses, passa a valer em 1830 22,8 d.

Em suma, podemos dizer que a marcha geral dos preços estrutura-se da mesma forma que a marcha dos preços dos dois produtos analisados individualmente. Em ambos os casos, a observação das curvas de longa duração (vide gráficos n.º 2 e 3) mostra a rapidez com que o período de alta violenta (1789-1798) é seguido por um período de baixa um tanto quanto violenta. Em seguida, os preços nominais parecem se estabilizar num nível bastante baixo em relação ao nível em que se havia iniciado o período de alta. Finalmente, a depreciação constante do mil réis tornava o preço dos produtos de exportação extremamente vantajoso para os exportadores, mas prejudicava os produtores locais, que viam assim os seus esforços pouco compensados. Isto nos leva a crer que o período de prosperidade teve uma duração muito curta, para que os lucros acumulados pudessem compensar as despesas feitas pelos meios produtores da Bahia para repor as suas indústrias em pleno funcionamento. Porque, neste período, os produtores encontram-se fortemente endividados junto às grandes casas exportadoras e não conseguem se livrar de uma engrenagem que, fatalmente, os levará para a ruína.

OS SALÁRIOS — No que diz respeito aos salários, deparamo-nos com uma série de dificuldades.

Numa economia onde grande parte do trabalho social efetua-se no quadro da escravidão e do artesanato, o salário perde seu caráter de dado econômico e socialmente fundamental. Essa primeira consideração⁽³³⁾ pode ainda ser completada pelo fato de que, para a Bahia, os salários representam somente uma parte das remunerações recebidas pelos artesãos e os empregados assalariados das instituições públicas e privadas. Porque, segundo uma prática que é um traço característico do assalariado baiano até hoje, a multiplicidade dos empregos exercidos por uma única pessoa, a qual recebe assim vários salários, é a regra. Ademais, só dispomos de séries de salários para a mão-de-obra empregada nas construções e para os empregados de uma instituição privada. Assim sendo, estes salários não podem exprimir o custo da produção global de uma economia essencialmente agrícola voltada para a exportação. Por esta razão, os salários que ora apresentamos exprimem uma fraca parte da realidade econômica da Bahia na época. Mesmo assim, achamos que seria útil utilizá-los, pois nos permitem entrever até que ponto as camadas mais modestas da população soteropolitana beneficiaram-se, ou não, do surto de prosperidade que a Bahia conheceu entre 1789 e 1817.

Para essa análise, foram consideradas duas séries de salários.

1.000

CURVA DO ÍNDICE DOS PREÇOS, DEFLACIONADA (A)

1811 = 100

100
10000

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS (B)
MEDIAS MÓVEIS QUINQUENAIS

1751 = 100

100
10000

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS (C)
FLUTUAÇÕES ANUAIS

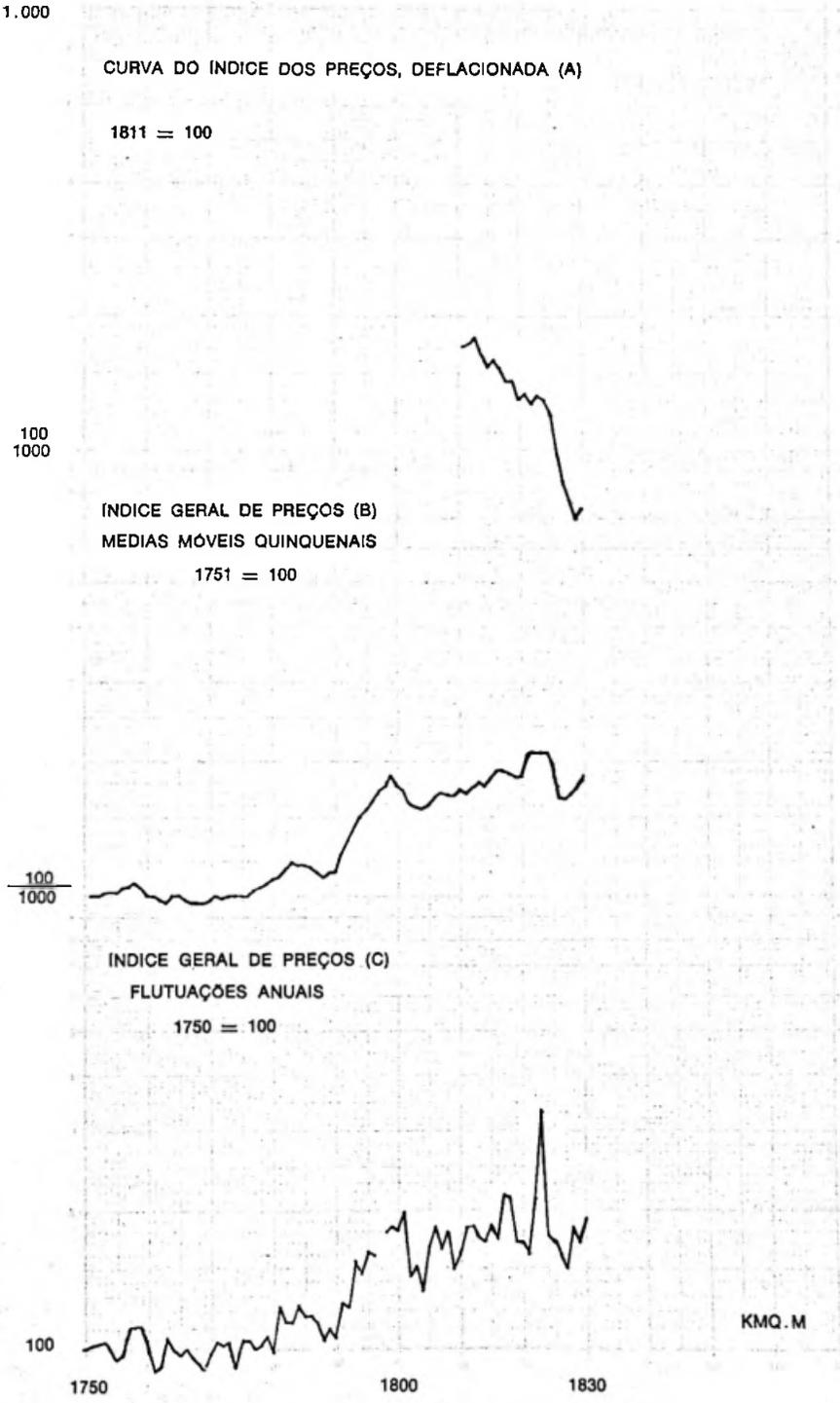
1750 = 100

KMQ.M

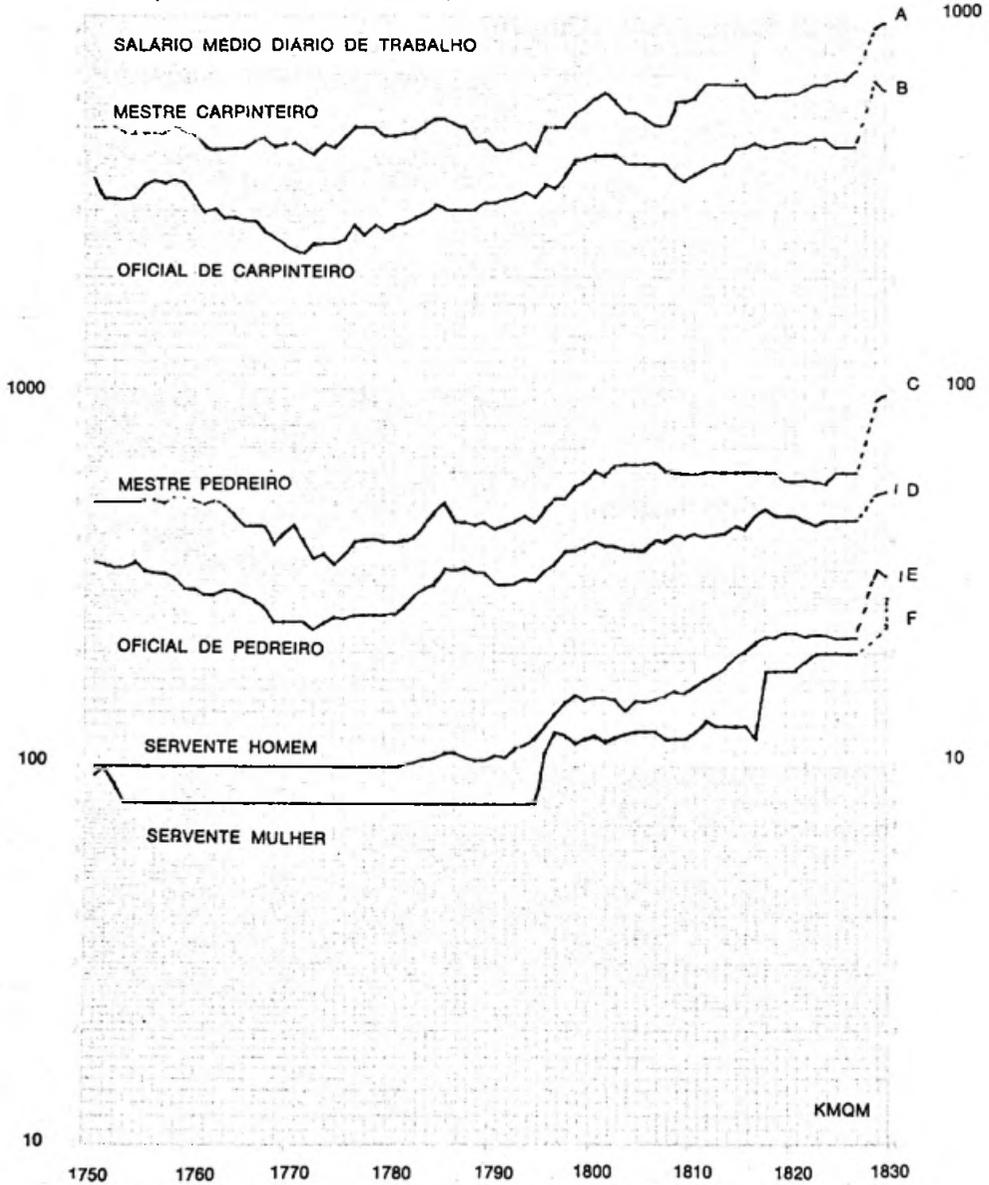
1750

1800

1830



SALÁRIOS 1751-1830
(MEDIAS MOVEIS QUINQUENAIS)



A primeira é constituída por salários de seis categorias de trabalhadores na construção: mestre pedreiro, oficial de pedreiro, mestre carpinteiro, oficial de carpinteiro, servente-homem e servente-mulher⁽³⁴⁾. Para duas destas seis categorias, servente-homem e servente-mulher, o estatuto legal dos assalariados é o de escravo. Para as outras quatro categorias, os artesãos livres se confundem com os artesãos escravos, exceção feita aos mestres pedreiro e carpinteiro que, quase sempre, são homens livres. Todavia, quer se trate de trabalhadores livres ou de trabalhadores escravos, os salários são sempre iguais. Esses salários são diários, não compostos, e se exprimem em moeda nominal corrente, o *real*.

A segunda série de salários compreende 12 categorias de assalariados, todos eles trabalhando para a Santa Casa da Misericórdia⁽³⁵⁾. A razão pela qual levamos em consideração estes salários foi ser sua estrutura semelhante à estrutura salarial dos funcionários civis e militares da administração colonial, para os quais ainda não possuímos séries cronológicas⁽³⁶⁾. Os salários desta segunda série são anuais, quase sempre não compostos, e exprimem-se, também, em réis.

Os gráficos da primeira série de salários foram estabelecidos pelo sistema da média móvel, constituída sobre um período de cinco anos. Os da segunda série foram elaborados a partir de dados anuais brutos, por causa de sua extrema rigidez.

A observação global das curvas de salários dos trabalhadores na construção (gráfico n.º 4) nos permite, logo de partida, proceder a uma série de observações. Primeiramente, verificamos que há uma diferença de comportamento entre os salários dos artesãos e os da mão-de-obra escrava não qualificada. Enquanto os primeiros apresentam flutuações desde o início do período estudado, os últimos permanecem rigidamente inalterados durante um longo tempo.

Em seguida, o que nos impressiona é o comportamento bastante nervoso que apresentam os salários de escravos não qualificados no momento em que começam a variar, enquanto as flutuações dos salários dos artesãos são bastante sincrônicas⁽³⁷⁾ e regulares. Além disto, essas variações praticamente desconhecem períodos de baixa prolongada e, como no caso do salário da servente-mulher, a baixa precede sempre uma forte alta. Finalmente, constatamos que as flutuações destes salários tornam-se sincrônicas às dos trabalhadores qualificados, quando ocorre uma alta acelerada, como é o caso daquela dos anos de 1790.

A diferença de ritmos entre essas duas categorias de salários é ligada, pensamos, a problemas de oferta e de procura. Com efeito, durante longos períodos, a mão-de-obra artesanal é muito rara, pois a maioria dos artesãos — e isto é particularmente ver-

dadeiro para os mestres — é de origem portuguesa. Chegados ao Brasil, estes artesãos encontravam nas atividades agrícolas, na mineração e no comércio possibilidades de um enriquecimento mais rápido que se exercessem a sua profissão. Assim, as variações destes salários estariam ligadas — além de outras causas — a problemas de conjuntura local: em período de marasmo econômico, a abundância de mão-de-obra qualificada fazia baixar o seu preço: a recuperação reiniciada, essa mão-de-obra tornava-se rara e o seu preço de remuneração subia.

Com relação aos salários de escravos não qualificados, estaríamos propensos a explicar sua rigidez inicial como sendo a consequência de uma procura igualmente rígida. Com efeito, a recuperação dos anos de 1770 não teria provocado um desequilíbrio do mercado escravo, na medida em que este mercado via afluir para ele uma mão-de-obra liberada dos empreendimentos de mineração, vez que a produção aurífera estava em decadência, naquela época. As variações verificadas por volta de 1781 seriam, pelo contrário, o resultado de uma mudança desta situação, a qual criou uma tendência inversa que foi se acentuando, por ter sido estimulada pela prosperidade dos anos de 1790 e pelas guerras da Revolução Francesa e do Império, que tornaram difícil o transporte, da África, desta mão-de-obra. Deste modo, a partir de 1790, teria havido uma elevação acelerada dos salários em relação direta com o encarecimento do preço da compra dos escravos. Todavia, as pesquisas que empreendemos a este respeito ⁽³⁸⁾ não nos permitem ainda sair do campo da conjectura.

Finalmente, notemos a situação privilegiada dos escravos não qualificados comparada à dos artesãos, cujos salários conhecem regressões bastante notáveis em período de depressão econômica.

A essas diferenças de comportamento entre os salários das seis categorias de trabalhadores na construção, podemos opor a rigidez dos salários dos empregados da Misericórdia (gráficos n.º 5 e 6), para os quais poucas oscilações são observadas.

Das 12 categorias que apresentamos, três mostram variações salariais que fazem oscilar as curvas para baixa. São as do Procurador do Crime, do Cirurgião e do Organista. Esta baixa só pode ser explicada pelo fato de que estes salários variavam em relação com o número de pessoas empregadas em cada uma das três categorias. De fato, como tivemos a oportunidade de verificar na documentação por nós consultada, o número de empregados em cada categoria aumentou no momento em que se observa a baixa de salários.

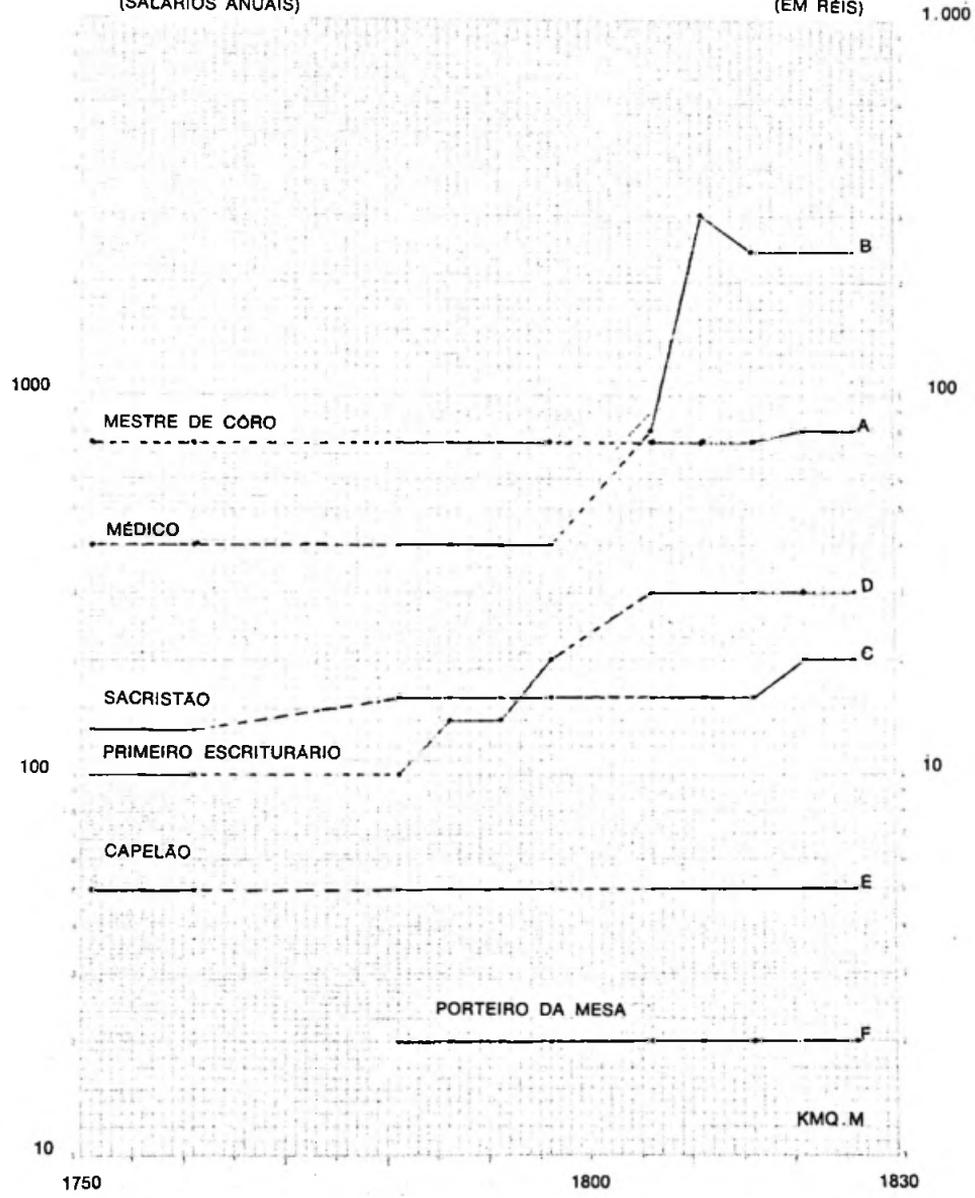
A segunda diferença que notamos é que quatro desses salários se mantêm praticamente imutáveis ao longo de nosso período de 80 anos. Dois destes salários são os dos empregados escravos da

SALÁRIOS EMPREGADOS SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DA BAHIA: 1751-1826

GRÁFICO N.º 5

(SALÁRIOS ANUAIS)

(EM RÉIS)



Misericórdia⁽³⁹⁾. Estes devem ser considerados muito mais como gratificações do que como salários, vez que o escravo pertencente à Santa Casa vivia às custas desta instituição. A mesma observação é também válida para os dois outros salários⁽⁴⁰⁾, cujos beneficiários recebem, além de sua manutenção, emolumentos especiais ligados às suas funções. Nos dois casos, o salário tem caráter simbólico.

A terceira diferença que aparece é que estes salários começam a variar em momentos diferentes: 1780-1781, 1 salário; 1790-1791, 3 salários; 1795-1796, 2 salários; 1815-1816, 2 salários⁽⁴¹⁾. Essas variações correspondem, grosso modo, ao período de aceleração da alta de preços (1789-1799), exceto para dois cuja alta é posterior.

Finalmente, a quarta diferença é que quatro destes oito salários (cirurgião, enfermeiro, primeiro escriturário e médico) elevam-se a níveis que são respectivamente 2 vezes, 5,5 vezes, 3 vezes e 6 vezes superiores aos do ano de 1751, enquanto os quatro salários restantes variam nos mesmos limites já observados para os salários dos trabalhadores artesãos em construção⁽⁴²⁾. Esta alta salarial limitada, assim, para algumas categorias nos parece significativa. Ela se relaciona com empregos que podem ser considerados como bastante raros, porque, ou pouco procurados (seria o caso, por exemplo, do primeiro escriturário que é obrigado a uma só tarefa), ou pouco oferecidos (cirurgião, enfermeiro, médico).

O ESTUDO CONJUNTO

Não se pode separar o estudo dos salários daquele dos preços. O gráfico n.º 7 compara, para o período 1751-1830, as curvas de índice dos preços da carne verde e da farinha de mandioca com o salário de oficial de pedreiro, que consideramos como sendo o mais próximo dos salários dos pequenos artesãos.

O que imediatamente inferimos é que o salário do pedreiro apresenta oscilações nos mesmos períodos, e da mesma duração, que as oscilações dos preços. Porém, os preços acusam movimentos muito mais acelerados de que este salário. Desta maneira, os períodos de alta e de baixa deste salário acham-se sempre defasados e em atraso com relação aos períodos de alta e de baixa dos preços correspondentes. Se agora considerarmos a amplitude das oscilações do salário de pedreiro, verificaremos que esta é menos acentuada que a dos preços. De 1782 a 1799, os preços sobem cerca de 60 a 110%, enquanto, para o mesmo período, o salário sobe, a partir de seu nível mais baixo que se situa em torno de 1792, apenas 20%, até os níveis mais elevados, observados em torno de 1803. O patamar dos preços, entre 1799 e 1812, corresponde a uma elevação limitada deste salário da ordem de 10%; a qual, po-

rém, não consegue compensar a elevação geral dos preços do período 1782-1799. Desta maneira, o atraso do salário em se adaptar, e seu fraco movimento de alta com relação ao movimento geral dos preços, explicam em parte o mal-estar social que se instala em Salvador desde o final do século XVIII.

Continuemos, porém, a nossa análise, associando-lhe outras categorias de assalariados. O gráfico n.º 7 compara ainda, para o mesmo período 1751-1830, as curvas de índices de preços da carne de boi e da farinha de mandioca aos salários do primeiro escriturário, do servente-escravo homem, do mestre carpinteiro e do homem da tumba. Como foi o caso para o salário do oficial de pedreiro, a tendência dos preços para a alta é acompanhada por uma elevação generalizada dos salários, com exceção do salário do homem da tumba.

O movimento do salário do primeiro escriturário reflete uma posição privilegiada. De fato, este salário se mantém fixo quando os preços caem (1751-1770) e, quando os preços ultrapassam, em 1778-1782, os níveis de 1751, este salário começa a elevar-se de um modo constante, ultrapassando os índices de alta de preços, para novamente se estabilizar numa posição vantajosa, mantida até 1815-1820. Após o período 1778-1782, os preços elevaram-se cerca de 110%, tornando-se em seguida estáveis até 1815-1820, enquanto o salário do primeiro escriturário elevou-se de 200% e permaneceu imutável até o fim do período considerado.

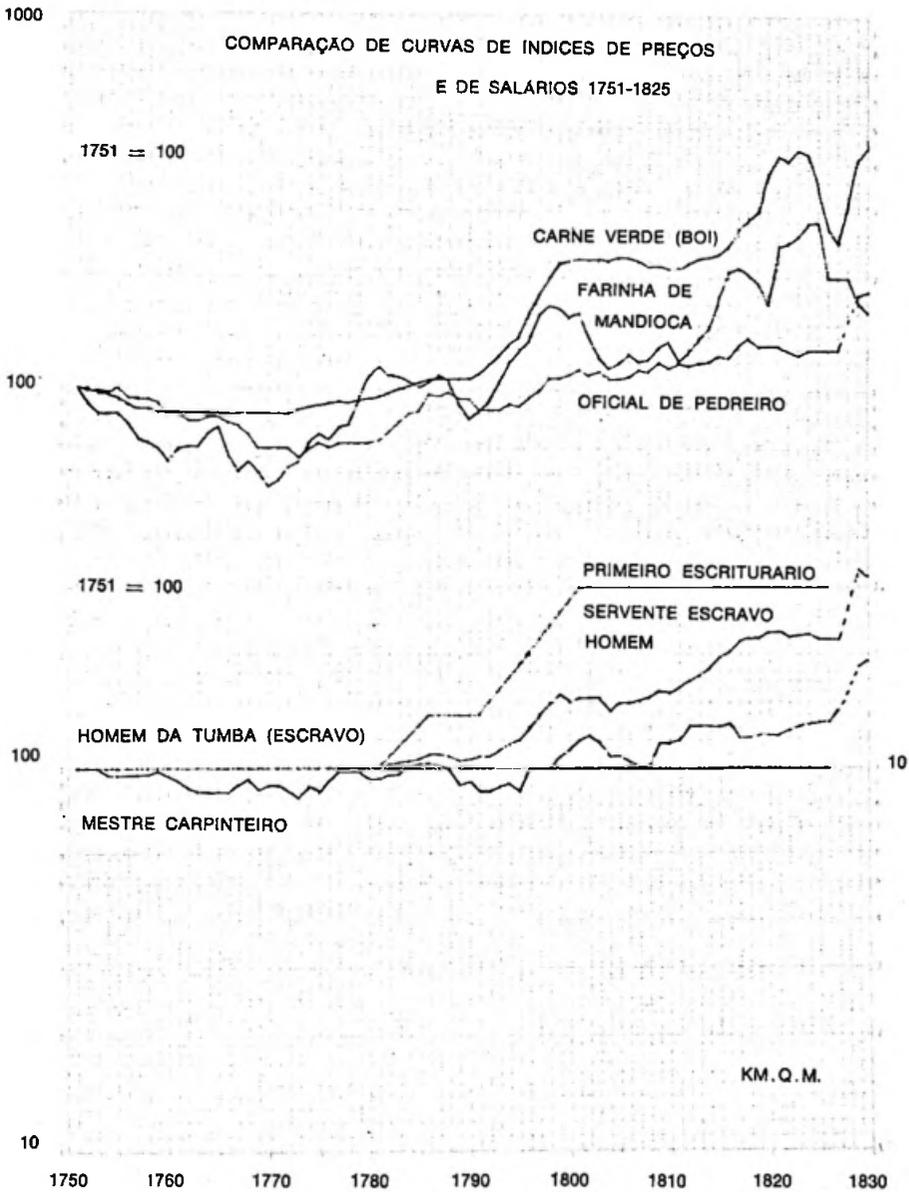
O movimento do salário do servente-escravo homem evidencia uma tendência compensadora relativa à elevação dos preços que quase anula as disparidades (valores médios dos preços da carne de boi e da farinha de mandioca), mas permanece ligeiramente defasado com relação à alta de preços.

Finalmente, o salário do mestre carpinteiro apresenta flutuações mais sincrônicas com as oscilações dos preços, do que o salário do oficial de pedreiro, com o qual, aliás, se aparenta.

Assim, destas quatro categorias de salários, apenas duas apresentam movimentos compensadores da alta de preços. São as que desfrutam de uma situação privilegiada sobre o mercado de trabalho. Do contrário, o comportamento das duas outras categorias de salários confirma, mais uma vez, o estado precário em que se encontram as camadas mais populares da Cidade do Salvador.

CONCLUSÕES

Chegamos, assim, ao fim deste trabalho, que se propunha estudar a sociedade e a conjuntura da Bahia nos anos de luta pela Independência. Acreditamos que um certo número de constatações podem ser apresentadas à guisa de conclusão.



No campo da História Social, as considerações que tecemos a respeito da sociedade baiana da época demonstraram a precariedade de nossos conhecimentos. Se a História Social deve ser "uma história da sociedade global na descrição de seus elementos constitutivos (indivíduos e grupos), e no encadeamento das relações que a animam" (43), urge que os estudiosos das coisas do passado dediquem os seus esforços para atingir um conhecimento da realidade social desse passado.

No campo da História Econômica, e mais especialmente no do estudo da conjuntura, o conjunto de séries constituídas e sua comparação possibilitam algumas conclusões.

É incontestável que, no plano secular, o movimento dos preços e dos salários é positivo. No plano inter-secular, a fase 1789-1817, na Bahia, corresponde quase exatamente à fase de alta do segundo movimento Kondratieff identificada na Europa e nos Estados Unidos (44). A prosperidade revelada pela documentação qualitativa é assim confirmada pelo estudo dessa variável econômica que são os preços. Resta saber se este resultado seria ainda confirmado pelo estudo de outras variáveis econômicas, e se desta prosperidade se beneficiaram os produtores dos gêneros de exportação, cuja comercialização estava nas mãos dos grandes comerciantes, que são talvez os únicos beneficiários desta alta de preços. Esta interrogação integra-se no problema, mais geral e típico de uma economia colonial, da dependência dos produtores em relação aos comerciantes, que são, quase sempre, portugueses. A solução a esse problema só poderá ser dada após a conclusão das pesquisas sobre a estrutura social da Cidade da Bahia que ora realizamos.

O que resta verdadeiro é que essa prosperidade não estimulou uma alta de salários suficientemente forte, exceção feita para algumas categorias privilegiadas, para que os artesãos tivessem visto seu poder aquisitivo aumentar, ou, pelo menos, permanecer estável, visto a forte alta dos preços. Nessas condições, compreendemos claramente que a Independência se processou num clima de opressão econômica extremamente viva.

KATIA M. DE QUEIRÓS MATTOSO

1 Por exemplo, aplicar o esquema da *Casa grande e senzala*, que parte de um conhecimento da estrutura social rural pernambucana no século XIX, a todo o Nordeste açucareiro do período colonial.

2 Azevedo, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. 2.^a ed. São Paulo, Melhoramentos, s.d. p. 86.

3 Ibid., p. 75.

4 Ibid., p. 109-110.

5 Mousnier, Roland. *Les hiérarchies sociales de 1450 à nos jours*. Paris, Pr. Univ. de France, 1969. p. 11-14 (Col. SUP).

6 Esses relatos e diários são numerosos. Ver a este respeito a excelente bibliografia apresentada pelo eminente sociólogo Thales de Azevedo, no seu livro *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador, Ed. Itapuã, 1969. p. 416-428.

7 Antonil, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Texto de l'édition de 1711. Trad. française et comment. critique par Andrée Mansuy. Paris, Inst. des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1968, 627 p. Do mesmo autor, existe uma nova edição brasileira: Andreoni, João Antônio (André João Antonil). *Cultura e opulência do Brasil*. Introd. de Alice P. Canabrava. São Paulo, Ed. Nacional, 1967. 316 p. (Roteiro do Brasil). — Caldas, José Antonio. *Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Ed. facs. Salvador, Tip. Beneditina, 1951. 756 p. — Lisboa, José da Silva. Carta para Domingos Vandelli em que se dá notícia desenvolvida sobre a Bahia (18 de outubro de 1781). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: 494-506, 1910. — Vilhena, Luis dos Santos. *A Bahia do século XVIII*. Salvador, Ed. Itapuã. 1969. 3 v.

8 Mousnier, op. cit., p. 14.

9 Vilhena, op. cit.

10 Corpo de magistratura e finanças; corporação eclesiástica; corporação militar; corpo de comerciantes; povo nobre, mecânico e escravos.

11 Tollenare, L. F. de. *Notas dominicais, tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador, Liv. Progresso, 1956. 364 p. (Estudos brasileiros, Marajoara).

12 Corpo de magistratura e finanças; corporação eclesiástica; corporação militar; comerciantes, proprietários de terras, industriais; profissões liberais; oficiais mecânicos e escravos.

13 A essa expectativa, vimos respondendo há aproximadamente seis anos, orientando as nossas pesquisas nos dois campos seguintes: o econômico e o social. No campo da História Social; a nossa investigação da estrutura social de Salvador baseia-se na coleta de dados seriados a partir das seguintes séries de documentos:

a) Testamentos e Inventários post-mortem (1750-1850).

b) Cartas de alforria (1750-1850).

c) Livros de notas e escrituras: escrituras de venda e compra de propriedades imobiliárias urbanas e agrícolas; escrituras de débito, obrigação e hipoteca; escrituras de arrendamento; escrituras de doação, cessão, transferência e quitação de bens.

Essas três séries de documentos encontram-se no acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

14 Caldas, op. cit. (1759); Lisboa, op. cit. (1781); *Aspectos da economia colonial (1789-1790?)*, anônimo; Vilhena, op. cit. (1802); Brito, Rodrigues de, e outros. *A economia brasileira no alvorecer do século XIX (1807)*. Nos arquivos do Estado da Bahia e Municipal da cidade do Salvador podem ser consultadas as seguintes séries: — Arquivo Público do Estado — *Cartas Régias (C.R.)*, *Cartas do Governo a Sua Majestade (C.G.S.M.)*, *Cartas do Governo a Várias Autoridades (C.G.V.A.)*, *Independência (I)*, Junta Provisória do Governo

(J.P.G.) e *Conselho Interino* (C.I.) — Arquivo Municipal — *Ofícios* (O.S.S.) e *Atas da Câmara do Senado de Salvador* (A.S.S.).

15 Trata-se dos "Maços de despesa" da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, anexos aos "Livros de despesa", dos quais existe uma série contínua a partir de 1744. Estes maços compreendem, entre outros documentos, as listas de despesas mensais feitas para o sustento dos enfermos no Hospital de Caridade (Tesoureiro da Casa) e para o Recolhimento (Tesoureiro do Cofre). Para os nossos estudos sobre a conjuntura econômica da Bahia, foram examinados os maços referentes ao período 1749-1830.

16 Isto é, transformamos as antigas medidas de peso da carne verde (arroba: 14, 74560 kg) e da farinha de mandioca (alqueire: 36,27 litros) em kilogramas.

17 Arroz, Farinha de trigo, Farinha de mandioca, Feijão, Carne verde (boi), Galinha, Toucinho, Azeite doce (de oliva), Açúcar, Sal e Vinagre.

18 Vilhena, op. cit., v. 1, p. 128. — Spix & Martius. *Através da Bahia, 1817-1820*. Salvador, 1916, p. 93.

19 Azevedo, Thales de, op. cit., p. 181-200. Citamos aqui a cifra aceita como plausível por este autor.

20 Ibid., p. 318-340.

21 Vilhena, op. cit., p. 128.

22 Azevedo, Thales de, op. cit., p. 331.

23 "Nas semanas antecedentes ao levantamento do preço, só entravam 50, 60 e 30 reses, etc.; e em algumas nenhum boi; na semana porém que se seguiu foram os marchantes a Jacobina, distante cem léguas da Bahia, e ao Piauí, que dista 250 léguas, além de outros sertões e nessa mesma semana entraram na cidade quatrocentas e tantas cabeças". Vilhena, op. cit., p. 128.

24 "A mandioca porém é a base fundamental em que, podemos dizer, se apoia a subsistência do Brasil, e muito especialmente as Capitânicas do Norte, por ser o pão, de que se alimentam todos os seus habitantes, naturais, e estrangeiros, sem que nos lembremos dos poucos ricos, que passando de Portugal para esta região, querem por algum tempo usar do pão de trigo, os quais vêm a ser nada em comparação do todo". Vilhena, op. cit., p. 200.

25 "... Porém como a farinha, que é o principal sustento de todos estes povos, está barata, e ela é a que costuma regular o preço de todas as mais coisas, permitiu Deus que lográssemos esta felicidade...". A.P.B., C.G.S.M. v. 39, fl. 240 v.

26 Os centros fornecedores de farinha de mandioca para a Cidade do Salvador eram: no litoral norte, a cidade de Cotinguiba, porto principal da Capitania de Sergipe de El Rey; no litoral sul, as cidades-portos de Maragogipe, Nazaré, Jaguaribe, Cairu, Ilha de Boipeba, Camamu, Maraú, Ilhéus, Belmonte, Porto Seguro, Prado, Alcoaça, Caravelas e São Mateus. Esta última pertencia à Capitania vizinha do Espírito Santo.

27 São Vicente (Capitania de São Paulo), Antonina (porto do atual estado do Paraná) e São Pedro do Rio Grande do Sul.

28 Durante a estação das chuvas (abril-julho), a navegação costeira, a vela ou a remo, é freqüentemente impossível por causa dos ventos violentos e do estado agitado do mar.

29 "... diariamente se está vendo que a mesma farinha que pelas nove horas v.g. vendiam por 960 rs o alqueire, quando são onze horas ninguém já a compra por menos de 1.280 réis". Vilhena, op. cit., p. 125.

30 "... lembrando-te sempre que inumeráveis casas de famílias numerosas não mandam comprar gênero algum daqueles ao celeiro público; e que são infinitas as embarcações carregadas de farinha, que sem abordar à cidade a vão vender pelas povoações do Recôncavo, e engenhos, por não pagarem o vintém..." Vilhena, op. cit., p. 71.

31 Consideramos como períodos as faixas cronológicas que na nossa curva temporal não podem ser caracterizadas como ciclos completos.

32 "... Tem o preço do açúcar chegando a um tal auge, por ser o Brasil a única paragem, onde se pode com mais liberdade manobrar este género na presente época; motivo por que não há quem não queira ser lavrador de canas-de-açúcar; e esta é a razão por que os lavradores, que sempre foram de farinhas, vão deixando de o ser, só para lavrarem açúcar, de que uma arroba lhes dá para comprarem quatro alqueires de farinha; muitos anos há que os senhores de engenho têm feito este cálculo: os comerciantes em escravos para os portos d'África, fazem a conta de que quatro, ou seis vendidos a mais de 150\$000 rs. pelo que os estão reputando, lhes dão para carregar as suas embarcações de farinha; e estes cálculos assim feitos são origem de que o farinheiro, se meta a lavrador de cana..." Vilhena, op. cit., p. 157-158.

33 Vilar, Pierre. *Remarques sur l'histoire des prix. Annales; économies, sociétés, civilisations.* Paris, 1: 110-111, 1961.

34 Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Arquivo. "Maços relativos às despesas do Tesoureiro do Hospital de Caridade, e do Tesoureiro do Recolhimento, no período 1749-1832." Ms.

35 Ibid.

36 De fato, os únicos dados que possuímos sobre os salários dos funcionários civis e militares da administração colonial são os que nos são fornecidos por Vilhena, op. cit., v. 1, p. 249-252; v. 2, p. 334-344, 461-464.

37 Gráfico n.º 4.

38 Constituição de séries de preços de mão-de-obra escrava a partir das informações coletadas nos inventários e cartas de alforria.

39 Gráfico n.º 5: porteiro da Mesa. Gráfico n.º 6: homem da tumba.

40 Gráfico n.º 5: capelão. Gráfico n.º 6: procurador das demandas.

41 1780-1781: primeiro escriturário (gráf. n.º 5).

1790-1791: síndico do crime, organista, enfermeiro (gráf. n.º 6).

1785-1796: médico (gráf. n.º 5), cirurgião (gráf. n.º 6).

1815-1816: mestre do coro, sacristão (gráf. n.º 5).

42 Vide gráfico n.º 4.

43 Lemaire, Robert. "Les sources contemporaines: les XIXe. et XXe. siècles en France." In: *L'histoire sociale et ses méthodes.* Paris, Pr. Univ. de France, 1967. p. 115.

44 *Movimentos Kondratieff*

2.º movimento:

1787-1789 / 1849-1851

Com máximo em 1810-1817

Bahia

1787-1790 / 1842-1845?

Com máximo em 1817